



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELO DISCENTE

DENNYS ROBSON GIRARDI

Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA
dennys.girardi@unicuritiba.edu

MARIANA PRADO MUELLER

FAE Centro Universitário
mariana.mueller@fae.edu

ANGELO FERNANDES BARATELLA

FAE Centro Universitário (Licenciado em Filosofia)
angelobaratella@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de avaliação do docente pelo discente no âmbito da autoavaliação institucional do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, em uma instituição de ensino superior de Curitiba. A avaliação institucional proposta pelo SINAES é constituída pela avaliação externa e autoavaliação institucional, esta última de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Para verificar o processo de avaliação do docente pelo discente realizado pela CPA foram identificados os elementos constituidores da avaliação, no intuito de confirmar a avaliação do docente pelo discente como fundamental importância para a construção da qualidade de ensino de uma instituição de educação superior. Percebeu-se, que se trata de um campo ainda em construção, no qual os consensos não são facilmente construídos, dado pelas fragilidades presentes nos modelos adotados pelo Ministério da Educação e falhas da gestão da autoavaliação institucional que ocorrem no interior das próprias instituições.

Palavras chave: Avaliação Institucional, Avaliação do Docente, Qualidade da Educação Superior.

INTRODUÇÃO

Espera-se que a formação em nível superior esteja voltada a permanente construção da competência técnica e política, ao desenvolvimento da autonomia intelectual e emancipação humana, construídos a partir de contextos de ensino-aprendizagem apropriados ao perfil geracional presente nas Instituições de Ensino Superior, de relações profissionais e didáticas éticas e compromissadas e de uma gestão competente ancorada na busca constante da melhoria da qualidade.

Nesse sentido, é indiscutível a importância da avaliação das instituições de ensino superior. Desta forma, de modo a defender a constante melhoria do ensino superior, são necessárias políticas públicas de avaliação dos sistemas educacionais. Entretanto tais políticas devem considerar os aspectos técnicos, a objetividade e a aplicabilidade da avaliação institucional nas IES.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, é uma política brasileira de estado que representa a expressão contemporânea de um processo histórico que vem se desenhando desde a década de 1990, criado pela Lei n. 10.861/2004 que avalia as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes (ENADE).

A avaliação institucional proposta pelo SINAES é constituída por dois momentos: a avaliação externa e autoavaliação institucional, esta última de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída no âmbito da instituição.

A autoavaliação, pode ser entendida como uma estratégia de construção da autonomia institucional na medida em que possibilita uma visão global da instituição sobre si mesma, uma tomada de consciência coletiva dos avanços e das fragilidades, dos sentidos e dos significados dos trabalhos realizados, das articulações e desencontros, assim como a projeção de novas possibilidades de ação.

Dada a importância do docente como elemento central da instituição considera-se fundamental tematizar esta questão, analisando a autoavaliação institucional com foco na avaliação do docente pelo discente. Considerando a instituição em tela, que considera os princípios da abrangência e da participação democrática, a autoavaliação docente é realizada em duas etapas, quais sejam: alunos avaliando o desempenho

docente (Geral, por Curso e por Disciplina) e a avaliação qualitativa dos docentes (com base nos comentários feitos pelos alunos, por curso e disciplina).

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação do docente tem uma função ativa na autoavaliação institucional, compreendida como parte essencial do processo avaliativo. Avaliar pode-se caracterizar de um lado, à incorporação da ideia de “julgamento de valor” que é atribuída mais fortemente à avaliação, e, de outro, a função de regular um processo enquanto ele se desenvolve e não apenas ao seu final.

Com efeito, a avaliação deve se preocupar também em captar as mudanças nas condições de um indivíduo, grupo ou instituição, entre um ciclo avaliativo e, superar a concepção de avaliação que se limita a verificar o desvio entre o esperado e o realizado.

Como foco em compreender os elementos constituintes do processo de avaliação do docente pelo discente realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, na autoavaliação institucional, precisa-se analisar a constituição histórica do campo de abrangência da avaliação, os aspectos conceituais que das diferentes concepções, as funções e os objetos ou atividades da avaliação que hoje é praticada. Tais elementos informam o conjunto teórico-metodológico do SINAES, e a autoavaliação institucional.

1.1 A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As primeiras tentativas de implementação de uma avaliação mais sistemática da educação superior brasileira, surgem na década de 1980. São emblemáticas as políticas educacionais da década de 1990.

Desde então, como política pública instituída no Brasil e em outros países da América Latina – em especial aqueles que adotaram a cartilha neoliberal –, a avaliação de sistemas tem sofrido uma série de críticas, seja pela forma como está estruturada, seja pelos usos e desusos que permite.

A discussão acerca das políticas públicas voltadas à avaliação das instituições, não pode prescindir de considerar alguns elementos, tais como os aspectos teórico-metodológicos, macro e microestruturais e as relação entre eles. Com efeito, a fundamental importância da avaliação das IES, possui uma finalidade em ofertar um

bem de interesse público – antes que isto: um direito social, um direito subjetivo, conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Dessa forma, considera a avaliação como instrumento de melhoria da qualidade e da democratização da educação, e entender a educação como um espaço de mediação, entre aqueles que aprendem, a sociedade e o desenvolvimento científico.

Nessa perspectiva, uma avaliação institucional socialmente comprometida e referenciada é o envolvimento dos sujeitos internos (alunos, professores, técnicos administrativos) e dos sujeitos externos (pais, pesquisadores, empregadores, trabalhadores, entidades sociais, etc).

E, para isso, é preciso que esta comunidade interna participe efetivamente, sendo sujeitos deste processo interno de autoavaliação.

1.2. A RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELO DISCENTE

No modelo instalado pelo SINAES realiza-se, no âmbito institucional, a autoavaliação por meio de um componente fundamental: a avaliação do docente pelo discente. Na avaliação de desempenho do professor, observa-se que qualidade de ensino está claramente relacionada à qualidade dos professores, sendo este um dos melhores indicativos da aprendizagem dos estudantes.

A avaliação do docente pelo discente refere-se a um aspecto específico do trabalho realizado em uma IES, deve estar referenciada em uma perspectiva abrangente, articulada e global desta instituição e de suas finalidades sociais. Dessa forma, esta avaliação como elemento essencial à melhoria da qualidade da educação.

Na avaliação do docente pelo discente, se verifica se os aspectos relativos à relação didático-pedagógica entre professor e alunos, a satisfação na perspectiva dos discentes. E, por esta razão, esta avaliação revela uma atividade complexa, pois é essencialmente como todo processo de avaliação, uma pesquisa da realidade.

Quando se fala em qualidade da educação parece inequívoca a importância de se desenvolver uma avaliação do docente pelo discente fundamentada em uma concepção formativa e em critérios coerentes com esta concepção, devidamente embasada nos princípios legais vigentes. Nesse sentido, é fundamental que este processo de avaliação seja amplamente discutido e constantemente revisto pelos gestores, pelos docentes e pelos discentes.

Assim, apesar de ser uma prática que se apresenta de forma unitária enquanto fenômeno social carregado de sentidos e significados dados pelo contexto histórico-social e pela subjetividade dos sujeitos que a realizam, a avaliação pode ser compreendida a partir de alguns elementos que se entrecruzam dialeticamente e vão configura-la de uma ou de outra forma. É a partir destes elementos que se pode compreendê-la como prática social instituída no campo da educação. Estes elementos podem ser categorizados como pedagógicos, subjetivos, éticos e técnicos.

Dentre os princípios é possível citar: a coerência entre o que foi ensinado com o perfil do egresso esperado; os procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação utilizados pelo professor para avaliar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; a capacidade técnica dos instrumentos utilizados captarem se os objetivos de aprendizagem foram atingidos, e em que medida o foram; se os instrumentos de avaliação permitiram que o aluno demonstrasse diferentes níveis de aprendizagem – tais como reconhecer, interpretar, sintetizar, aplicar em situações práticas, (re)elaborar -; se os conteúdos trabalhados correspondem ao que foi definido e se o que foi colocado como critério de avaliação era de fato relevante no contexto do curso e da disciplina; se as atividades planejadas eram motivantes e desafiadoras para o aluno; se as avaliações previstas foram realizadas em diferentes momentos e utilizando instrumentos diversos; se a partir dos resultados das avaliações foram retomados conteúdos com estratégias diversas.

Historicamente, a avaliação tem sido, muitas vezes, sinônimo de medição, seleção, classificação. Na pedagogia tradicional, a avaliação foi entendida por professores, gerentes, superiores hierárquicos, diretores, como instrumento de punição e domesticação, disciplinamento dos sujeitos ao comportamento considerado adequado em relações sociais marcadas pelo autoritarismo e por interesses nem sempre sociais.

Nesse contexto, a avaliação tem um forte impacto na subjetividade. De prática autoritária é preciso transformá-la em prática democrática, na qual responsabilidades e papéis são assumidos com clareza e a atuação docente e discente são pautadas no respeito mútuo. Assim, o momento da avaliação não pode ser diferente de outros momentos da relação pedagógica e da relação profissional. Ou seja, os vínculos de confiança, a transparência e o profissionalismo devem ser construídos e respeitados desde o início. A função da avaliação do docente pelo discente, assim como os critérios e instrumentos, devem ser transparentes e amplamente discutidos com os participantes do processo, além de serem de alta qualidade técnica.

A avaliação, ainda que faça parte de um “contrato social” mais amplo com o executivo da educação nacional, é ela mesma um contrato político-pedagógico no qual todos os envolvidos precisam ter clareza das funções da mesma, de seu caráter político-pedagógico, dos procedimentos, dos instrumentos e dos critérios avaliativos, bem como do uso de seus resultados.

No entanto, mesmo que se estabeleça este “pacto avaliativo”, por assim dizer, se as atitudes dos responsáveis pela realização do processo de avaliação do docente pelo discente não forem coerentes com o que foi acordado e não tiverem clareza quanto à concepção e à finalidade da avaliação, este processo pode se tornar complicado para o aluno no momento de realizá-la e para o professor quando da apresentação e discussão dos resultados. Cria-se uma situação constrangedora e autoritária, o que é um desserviço à missão institucional.

1.3 A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem como intuito promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Segundo a Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do (SINAES), o sistema constitui três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos, a saber:

- 1) A autoavaliação, sendo de responsabilidade da própria IES e tendo como responsável nas instituições a Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- 2) A avaliação externa (visitas de credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino superior e visitas de autorização e reconhecimento de cursos de graduação);
- 3) O ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes);
- 4) As Condições dos Estudantes e Características das Instituições (Censo Superior).

Segundo a legislação do SINAES, as instituições devem constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA, responsável pela condução dos processos internos de avaliação. Importante ressaltar que, segundo as diretrizes estabelecidas pela CONAES

(Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), a CPA deve ser reconhecida como "órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição", validando sua autonomia.

Quanto à composição da CPA, o artigo 11 da Lei Nº. 10.861/04 estabelece que esta contemple todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo membros da sociedade civil organizado, ficando a critério dos órgãos colegiados superiores das instituições, a definição da operacionalização de como será realizada, a organização, a quantidade de membros e funcionamento, considerando as características da IES.

Segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, estabelecidas pela CONAES, a avaliação interna ou autoavaliação é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

A avaliação do corpo docente tem o propósito de analisar aspectos fundamentais, tais como os recursos humanos existentes, a experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, a satisfação dos docentes com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e os fomentos à qualificação dos docentes.

Desta forma, com intuito de promover a avaliação no âmbito da carreira docente, o que é em parte fomentado por indicadores provenientes da avaliação do docente pelo discente, podem ser abordados aspectos como: Apresentação e o cumprimento do Programa da Disciplina/ Plano de Aula; Domínio do conteúdo demonstrado pelo (a) professor (a); Sequência dos conteúdos da disciplina; didática do(a) professor(a); a clareza das explicações nos assuntos tratados, adequação dos métodos de ensino, diversidade de recursos didáticos); relação entre os aspectos conceituais e aplicações práticas; avaliações de acordo com os conteúdos apresentados em sala de aula; relacionamento e o respeito do(a) professor(a) com a turma; aprendizagens desenvolvidas; assiduidade e pontualidade do(a) professor(a).

Tais indicadores endossam a perspectiva da análise do docente, proposta nas Diretrizes estabelecidas para a organização das CPA nas Instituições de Ensino Superior e podem ser entendidos como os critérios de autoavaliação institucional nesta dimensão.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. A metodologia do trabalho organizada da seguinte forma: uma primeira etapa de pesquisa exploratória, para a

fundamentação teórica sobre a avaliação do docente em IES. Na sequência, um estudo de caso em uma IES localizada em Curitiba - PR, com análise especificamente sobre a avaliação institucional.

Após, definida como adequada a ferramenta “estudo de caso”, a escolha de uma unidade-caso-padrão capaz de fornecer informações necessárias para um estudo profundo, foi realizada uma entrevista estruturada junto a um membro da CPA da IES, para compreender os elementos constituintes do processo de avaliação do docente pelo discente realizado pela CPA na autoavaliação institucional.

A definição pela estratégia de entrevista estruturada ocorreu em função da necessidade de se obter o máximo de informações necessárias e relevantes para o estudo de caso que se seguiria.

Também será feita a análise dos documentos que embasam a construção dos instrumentos de pesquisa utilizados na avaliação do docente pelo discente, assim como do próprio instrumento de avaliação.

As informações coletadas através da entrevista foram estudadas em sua profundidade, correlacionadas com o conhecimento adquirido através da pesquisa bibliográfica, e utilizadas para nortear a conclusão do trabalho.

3 RESULTADOS

A realização da pesquisa aconteceu entre de junho a dezembro de 2016 por meio de uma entrevista com o Coordenador da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Instituição.

A escolha deste profissional foi pela compreensão de que, por ser Coordenador da CPA da Instituição, o profissional nos daria subsídios para entender a questão norteadora deste estudo, que é: como se realiza, no contexto da CPA de uma instituição de ensino superior, o processo de avaliação do docente pelo discente?

Relembrando que, no início deste trabalho, foi construída a hipótese, a qual emergiu do problema de pesquisa de que o processo de avaliação do docente pelo discente é construído pela CPA a partir das normativas do MEC em articulação com as especificidades da instituição, considerando a missão institucional, o perfil do egresso do curso e os aspectos teórico-metodológicos mais relevantes da prática docente.

O Coordenador da CPA, que participou da pesquisa, está desde 2016 nesta função, contudo está envolvido com avaliação institucional desde 1998, quando foi instituído um setor para avaliar todos os serviços prestados pela IES. “Sendo assim, de 1998 até hoje está envolvidos com a avaliação, principalmente na geração de instrumentos de avaliação e de indicadores, assim como na análise e apresentação dos resultados.” (sic)

A pesquisa foi estruturada por meio de uma entrevista padronizada apenas nas perguntas. Trata-se de uma entrevista com perguntas previamente elaboradas, mas que permitem resposta aberta, ou seja, resposta livre por parte do entrevistado. (CHIAVENATO, 2004). Foram feitas nove questões abertas.

Além da entrevista com o Coordenador da CPA, foi feita uma análise documental com os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação desta IES.

De acordo com a entrevista, a composição da CPA na IES estuda é a seguinte:

- 1) Representante dos Professores;
- 2) Representante dos alunos;
- 3) Representante do corpo técnico-administrativo.

A escolha destes membros se dá da seguinte forma: A Procuradoria Institucional informa ao corpo docente e técnico-administrativo que está aberto o processo de eleição para cargos dos diversos seguimentos de representantes da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Os interessados em se candidatar aos cargos de representação devem fazer a inscrição no período “X” pelo endereço eletrônico da procuradoria, informando o nome completo, telefone ou ramal e e-mail para contato.

Os representantes discentes são indicados pelo Diretório Cental dos Estudantes (DCE).

No que se refere à elaboração dos Instrumentos de Avaliação da CPA, é realizada uma pesquisa qualitativa com no máximo 10 integrantes dos segmentos de interesse, em seu roteiro são levantadas as informações procurando abranger o máximo possível às 10 dimensões do SINAES elencadas abaixo:

(*) são as dimensões que se consegue avaliar com os instrumentos elaborados:

- 1) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
- 2) Política para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- 3) Responsabilidade social da Instituição;
- 4) Comunicação com a sociedade;
- 5) Políticas de pessoal;
- 6) Gestão da Instituição;
- 7) Infraestrutura física;
- 8) Planejamento e avaliação institucional;
- 9) Políticas de atendimentos aos estudantes e egressos;
- 10) Sustentabilidade financeira.

Segundo o Coordenador da CPA, a comissão procura, antes da aplicação do instrumento, realizar a sensibilização da comunidade acadêmica. Na sensibilização procura-se desenvolver a cultura sobre o processo de avaliação, ou seja, de forma espontânea e que o corpo docente enxergue a avaliação como uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Quanto ao corpo discente, procura-se destacar que este avalie seus professores e os serviços prestados com respeito e responsabilidade.

Também é disponibilizado no *site* da IES por um período de aproximadamente 15 dias os instrumentos validados pela comissão da CPA. Após isso, se recolhe as informações pertinentes e se inicia a interpretação dos dados; localiza-se e se aponta os “problemas e as potencialidades”; desencadeiam-se ações de monitoramento das diferentes práticas acadêmicas; formula-se um relatório preliminar para debate institucional e consolida-se um relatório final a ser remetido às instâncias competentes.

Questionado sobre como são analisados os dados coletados por meio do Instrumento de Avaliação, o entrevistado argumenta que na crítica dos dados, é feita uma análise de consistência, a fim de verificar se as informações são fidedignas. Tal crítica é necessária para verificar se as informações apresentam algum viés na base de dados ou ainda respostas repetidas do início ao fim. *“Exemplo nota 1 para todos os quesitos - este respondente é excluído, pois demonstra que respondeu sem ler o instrumento.” (sic)*

Aqui cabe um rápido questionamento: se os instrumentos com mesma nota são excluídos, qual a garantia de que, de fato, o respondente respondeu sem ler o instrumento de pesquisa? E, se, realmente, o respondente acreditar (por critérios pessoais) que a nota “merecida” é 1 (assim como qualquer outra nota)?

Os elementos constituintes do processo de avaliação do docente pelo discente realizado pela CPA são os itens ou indicadores avaliados a respeito do professor. Estes indicadores são analisados como sendo o nível de satisfação dos alunos, na escala de 1 a 5, em que 1 representa a menor satisfação e 5 a maior satisfação no item avaliado:

- 1) assiduidade e pontualidade do professor;
- 2) domínio do conteúdo demonstrado pelo professor;
- 3) avaliações realizadas estão de acordo com os conteúdos apresentados em sala de aula;
- 4) relacionamento e o respeito do professor com a turma;
- 5) importância desta disciplina para o seu crescimento pessoal e profissional;
- 6) sequência dos conteúdos da disciplina ministrados em sala de aula;
- 7) apresentação e o cumprimento do programa da disciplina, plano de aula;
- 8) relação entre os aspectos conceituais e aplicações práticas;
- 9) didática do professor;
- 10) aprendizagens que você desenvolveu nesta disciplina.

Surge sempre a dúvida se o avaliador (discente) compreende os elementos constituintes do processo avaliativo. Pois, sem dúvida, a falta do entendimento compromete a própria avaliação. Outra questão importante é se o avaliador (discente) tem como avaliar alguns dos elementos constituintes, como por exemplo, a relação entre os aspectos conceituais e aplicações práticas (principalmente se esse discente não tem experiência na área), a importância da disciplina, ou, ainda, a didática do professor.

Após essa fase, são realizados cruzamentos de dados e a aplicação do teste de significância “t” de Student, para verificar quais quesitos são significativamente diferentes da média do grupo.

Em relação aos resultados da Avaliação, a devolutiva para os docentes é feita por segmentos, conforme segue abaixo:

- 1) Reitoria e Pró-Reitoria e coordenação: É apresentada na totalidade com todos os cruzamentos possíveis na análise, apontando os pontos fortes e fracos, assim como a parte de escrita pelos alunos nas questões abertas, sobre o corpo docente da IES.
- 2) Professores. Cada professor recebe a sua avaliação de forma consolidada de cada item com um quadro comparativo contendo a sua média e a média geral, possibilitando que ele verifique se está acima ou abaixo da média do corpo docente.
- 3) Alunos: No início de cada ano, na fase de sensibilização são apresentados os resultados consolidados sobre todos os serviços prestados, além de disponibilizar no SITE da IES, aluno on-line, um quadro consolidado de todas as unidades.

Ao tomar conhecimento dos resultados do corpo docente, a Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico, procura conversar com os professores que apresentam diferença significativa nas médias em relação ao grupo, orientando-os para uma capacitação oferecida pela própria instituição, sem custo ao professor. Mas a dúvida persiste: afinal, o peso da avaliação feita pelo discente parece maior do que qualquer outro critério feito por outros instrumentos de coleta (feita por Coordenadores e pares). Ou seja, a força desta avaliação se concentra na mão do discente unicamente (e às vezes, exclusivamente).

Também, a capacitação oferecida pela IES como política de Formação Continuada para os docentes, nem sempre atende às questões de melhoria e incentivo à melhoria. Outras formas de melhoria contínua podem existir como o incentivo a cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Contudo, essa prática obedece a critérios internos da política de carreira da IES e não se tem conhecimento acerca da relação destes critérios com os resultados aferidos na avaliação do docente pelo discente.

Por fim, questionado sobre o impacto da Avaliação Institucional na realidade da IES e de que forma é mensurado esse impacto, o Coordenador da CPA entende que o impacto é a melhoria de qualidade de todos os segmentos

avaliados. Segundo ele, “a forma de mensurar é através do quadro comparativo ao longo dos anos, pois verificamos que o nível de satisfação vem aumentando semestre a semestre em praticamente todos os serviços prestados.” (sic).

É possível verificar algumas vantagens e desvantagens da aplicação deste método. Dentre as vantagens, se destacam as que seguem:

- 1) A facilidade de o aluno responder o questionário, pois ele fica disponível *on-line* no portal da IES durante tempo considerável e pode ser alterado e revisado durante todo este período.
- 2) A conveniência para os professores, que não precisam se preocupar em gerenciar o processo avaliativo e tampouco se sentirem desconfortáveis por estarem presentes no momento da avaliação.
- 3) A não obrigatoriedade dos alunos de fazerem a avaliação;
- 4) A facilidade de os relatórios serem gerados, pois as informações estão armazenadas em local de fácil acesso.
- 5) A facilidade de se gerar uma série histórica da avaliação, pois os dados estão sempre disponíveis e prontos para serem utilizados quando necessário.
- 6) A praticidade de se dispor de todo o sistema na *web*, o que facilita o acesso, tanto dos alunos, quanto dos docentes e diretores de unidades.

Contudo, apesar de aparecerem em menor número, algumas desvantagens e limitações ainda existem e necessitam ser discutidas, tais como:

- 1) O desinteresse por parte de alguns alunos em realizar a avaliação, talvez por não virem os resultados posteriormente, pela extensão do questionário ou por não ter acesso a todas as informações que gostariam (como resultados de avaliação dos docentes, algo que depende de decisão política);
- 2) A falta de personalização por curso das questões avaliadas;
- 3) A transparência e segurança do armazenamento das informações, bem como a utilização, por parte da IES, como elemento de *feedback* em situações quando o docente é bem

avaliado. Acredita-se que, quando se submete alguém a alguma forma de avaliação, o avaliado também quer ser reconhecido quanto à sua competência.

4 CONCLUSÃO

Considera-se que a hipótese inicialmente aventada tenha sido parcialmente confirmada: de que o processo de avaliação do docente pelo discente é construído pela CPA a partir das normativas do MEC em articulação com as especificidades da instituição, considerando a missão institucional, o perfil do egresso do curso e os aspectos teórico-metodológicos mais relevantes da prática docente.

Nesse aspecto, se, por um lado, por meio do referencial teórico, da análise documental e dos resultados do instrumento de pesquisa de campo, foi possível concluir pelo atendimento às normativas do MEC e às especificidades da instituição, por outro lado, não foi possível observar se há relação entre o que é definido como perfil do egresso do curso e os aspectos teórico-metodológicos mais relevantes da prática de ensino no instrumento ou dimensões avaliadas.

Apontaram-se conceitos, desafios e avanços. Fundamentalmente acredita-se na avaliação como uma pesquisa social. E, como tal, intencional, planejada e dirigida. Mas, sobretudo, eivada de sentidos e significados dados pelo contexto histórico e social mais amplo no qual ela está inserida. Sua materialização enquanto prática sustenta-se em concepções construídas individual e socialmente pelos atores que a formulam, a implementam, e tem seu trabalho – seja de gestão, seja docente -, avaliados.

Observou-se, pela via da fundamentação teórica construída e pela pesquisa de campo realizada, que a avaliação do docente pelo discente é de fundamental importância para a construção da qualidade de ensino de uma instituição. Todavia, observou-se também, que se trata de um campo ainda em construção, no qual os consensos não são facilmente construídos.

Tal contexto deve-se, de um modo, pelas fragilidades ainda presentes nos modelos praticamente impostos pelo MEC, de outro, por falhas de gestão da autoavaliação institucional que ainda ocorrem no interior das próprias instituições.

A este respeito, destaca-se que o modelo atual é ainda insuficiente, pois uma realidade tão dinâmica e tão complexa, com tantas variáveis intervenientes quanto o é a relação pedagógica entre professor e alunos, ser avaliada com um apenas um

instrumento e em um único momento, é arriscar-se a comprometer a validade da mesma. Tal cenário pode produzir dados e informações não confiáveis. Também se considera preocupante não haver uma política mais eficaz “de formação” dos avaliadores – nesse caso os próprios alunos – sobre o significado e o alcance do que se intenta avaliar por meio da avaliação do docente pelo discente. Nesse contexto, a própria legitimidade da avaliação pode estar comprometida.

Outro aspecto assaz importante que deve ser considerado é a aparente falta de cientificidade na avaliação do impacto das avaliações realizadas, das decisões tomadas a partir de seus resultados e das decorrentes ações implementadas. Parece haver ainda muito a avançar nesta área. Justamente pelo caráter eminentemente transformador que a avaliação possui que tal questão não pode ser desconsiderada.

Apreendeu-se, dos estudos realizados, que a avaliação do impacto é deveras importante porque é ela que vai indicar se todo o processo realizado produziu os efeitos esperados. Mais ainda que isto: mesmo que tenha produzido os efeitos desejados, uma avaliação de impacto cientificamente construída permite aferir se aos impactos produzidos e desejados corresponde um efetivo ganho de qualidade educacional e social.

Dados o potencial e o alcance que a avaliação institucional, no contexto de uma sociedade democrática, é que não se pode desconsiderar os aspectos técnicos, a objetividade e a aplicabilidade que a autoavaliação e a avaliação do docente devem ter que se chama a atenção para esta questão, tida como fundamental para que haja ganhos de qualidade para a instituição.

Assim, ainda que não esgotada a análise dos elementos constituintes do processo de avaliação do docente pelo discente realizado pela CPA no contexto da autoavaliação institucional do SINAES, acredita-se terem sido alcançados os objetivos que se definiu para este estudo.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, M. S.; ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. “SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior. Educação e Sociedade, Campinas, vol.27, n.96, p. 955-977, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 de junho de 2017.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Condições de Ensino: manuais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>. Acesso em 07 de dez. de 2016.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Condições de ensino: instrumento de reconhecimento curso de direito. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_reconhecimento_curso_direito2.pdf Acesso em 05 de dez. de 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2004.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.1, n.3, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica 4^a.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEC/CONAES. Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior. Brasília, 2004.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira; GIRARDI, Dennys Robson. Cenários da Educação. Curitiba: FAE, 2012. Disponível em http://salavirtual.fae.edu/file.php/16560/Guia_de_Estudos_Cenarios_da_Educacao_web.pdf. Acesso em 20 de out. de 2012.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n° 14. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>. Acesso em 10 de out. de 2016.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A Avaliação Institucional nas Universidades Federais e as Comissões Próprias de Avaliação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a02v14n1>. Acesso em 10 set. 2016.

REIFSCHNEIDER, Marina Becker. Considerações sobre Avaliação de Desempenho. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 47-58, jan./mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a04v1658.pdf>. Acesso em 10 de dez de 2016.

SILVA, C. R. de O. E. Metodologia e organização de projeto de pesquisa: guia prático. 2004. Disponível em: <http://joinville.ifsc.edu.br/~debora/PAC/Metodologia%20e%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Projeto%20de%20Pesquisa%20CEFET%20CE.pdf>. Acesso em 21 de out. de 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (org.). Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo, SP: Veras Editora, 2001.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed. ampl. Brasília: INEP, 2007.